

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Conservatório Nacional de Lisboa, que compreende a Escola Artística de Música e a Escola Artística de Dança, é um inestimável património nacional material e imaterial que urge salvaguardar e manter.

Desde 2015, que professores e alunos lutam pela defesa deste edifício centenário.

A degradação do Conservatório obrigou à deslocação dos alunos para instalações temporárias e emprestadas, em condições precárias e horários alargados: a Dança em 2 estúdios e a Música na Escola Secundária Marquês de Pombal.

Nestes anos assistiu-se a vários episódios de infortúnio por parte de empreiteiros e de má gestão administrativa por parte da Parque Escolar, situação que se adensou nas últimas semanas já com obras a decorrer.

O Jornal Público de 10 de julho noticiou: «(...) a directora da Escola de Música do Conservatório Nacional (...) no passado dia 9 de Junho fez uma visita à obra com uma pequena comitiva de representantes da Parque Escolar, a empresa pública responsável pela empreitada, e de responsáveis pela obra e se deparou com a retirada da madeira e das caixas de ar que existiam no chão. “Arrancaram as tábuas todas e disseram que iam colocar cimento e carpete” (...).»

Está em causa o valor patrimonial do salão de concertos, o Salão Nobre, que ocupa a totalidade da ala Sul do edifício, com plateia, balcão e tribuna, dotado de uma acústica muito especial, singular e única. Trata-se de um espaço emblemático do edifício e parte do seu teto com pinturas de Malhoa estava a ruir e as cadeiras da plateia eram poucas as que se mantinham inteiras.

Estas falhas na reabilitação colocariam em risco a acústica da sala, a denominada *concha acústica do palco*, o que fez com que a Parque Escolar tenha suspenso os trabalhos para reavaliar a intervenção que estava a ser feita.

Na audição regimental do Senhor Ministro da Educação, que teve lugar no passado dia 13 de junho, o PSD colocou questões sobre o tema, que não tiveram resposta.

Assim, tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição da República Portuguesa, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao **Senhor Ministro da Educação**, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- Por que razão a Parque Escolar está a funcionar sem Presidente do Conselho de Administração e só 2 vogais, desde 2019, e sem Presidente do Conselho Fiscal?
- De quem é a responsabilidade das falhas na intervenção no Salão Nobre, num edifício classificado, inserido num conjunto de interesse público?
- Com que regularidade é realizado o acompanhamento pelo técnico conservador-restaurador da obra, ao nível da fiscalização, que garanta a salvaguarda deste património?
- Qual é o prazo previsível para conclusão das obras, com o maior rigor possível?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2022

Deputado(a)s

MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

LINA LOPES(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

TIAGO MOREIRA DE SÁ(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

Deputado(a)s

FIRMINO MARQUES(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

RUI CRUZ(PSD)